
PSICOLOGIA JURÍDICA

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Você recebeu o **CADERNO DE PROVA** composto por **40** questões objetivas e **4** discursivas.
2. O **CARTÃO-RESPOSTA**, que será entregue pelo fiscal durante a prova, é destinado às respostas das questões objetivas expostas neste caderno.
3. Quando o **CARTÃO-RESPOSTA** estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
4. No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondente às respostas certas deve ser feita utilizando caneta esferográfica azul ou preta, cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço do campo. Marcações com caneta hidrográfica, tinteiro e outras poderão acarretar prejuízo para o candidato. A leitora ótica é sensível às marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, tomando cuidado para não ultrapassar o espaço determinado, conforme exemplo abaixo:



A transcrição das marcações é de inteira responsabilidade do candidato.

5. Tenha cuidado para **NÃO DANIFICAR** o **CARTÃO-RESPOSTA**, pois o mesmo não poderá ser substituído.
6. Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, com apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
7. Reserve, no mínimo, os 20 minutos finais para preencher o **CARTÃO-RESPOSTA**. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
8. O candidato poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova, após 1 hora do seu início (sem levar este caderno).
9. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de prova, após 4 horas do início da prova.
10. É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **CARTÃO-RESPOSTA** da prova objetiva.
11. A duração total das provas objetiva e discursiva é de 4 horas e 30 minutos, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO-RESPOSTA**.
12. **SERÁ ELIMINADO** o candidato que:
 - a) utilizar, durante a realização das provas, qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Se você estiver com calculadora ou agenda eletrônica, *bip*, *pager*, telefone celular, *walkman*, relógio com calculadora ou qualquer outro equipamento deste tipo, desligue-o;
 - b) ausentar-se da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **CADERNO DE PROVA** (antes do tempo estabelecido) e
 - c) recusar-se a entregar o material para o fiscal quando terminar o tempo estabelecido.

ATENÇÃO: AO TERMINAR SUA PROVA, NÃO ESQUEÇA DE ENTREGAR AO FISCAL O CARTÃO-RESPOSTA ASSINADO E AS FOLHAS DE TEXTO DEFINITIVO.

BOA PROVA



www.quadrix.org.br

1

Psicologia e Direito, apesar de terem um mesmo objeto de interesse, divergem quanto aos métodos de aproximação e compreensão do comportamento humano (Rovinski, 2007).

Avalie as seguintes afirmativas quanto às diferenças de paradigmas entre estas duas disciplinas.

- I. O Direito necessita trabalhar com o conceito de livre arbítrio, enquanto a Psicologia estuda os determinismos da conduta.
- II. Juristas necessitam trabalhar com graus de certeza sobre a previsibilidade de conduta que a Psicologia não consegue oferecer.
- III. O pluralismo das teorias psicológicas favorece a integração com o Direito, pois possibilita diferentes opções de interpretação da conduta.
- IV. Psicologia e Direito diferem em relação a seus propósitos, cabendo ao Direito a proteção da ordem pública.

Está(ão) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) apenas as afirmações I, II e III.
- C) apenas as afirmações I, II e IV.
- D) apenas as afirmações I e II.
- E) nenhuma das afirmações.

2

No livro "Temas de Psicologia Jurídica", organizado por Leila Torraca de Brito, são apresentados vários textos sobre a história da Psicologia Jurídica. Assinale a alternativa incorreta.

- A) A "Psicologia do Testemunho" é reconhecidamente uma das primeiras articulações entre Psicologia e Direito.
- B) A função do psicólogo jurídico nas instituições de justiça no Brasil pode ser identificada antes mesmo da regulamentação da profissão em 1964.
- C) Pressupostos positivistas influenciaram a prática inicial da psicologia jurídica no Brasil, consolidando atividades de intervenção e de posicionamento crítico frente às questões de família.
- D) A violência na família, um dos focos de estudo da Psicologia Jurídica, foi qualificada como "mal do século" e apontada pela Organização Mundial de Saúde como um fenômeno endêmico apenas na segunda metade do século XX.
- E) A expansão das atividades do psicólogo jurídico se deu a partir da justiça criminal, envolvendo principalmente família, infância e adolescência.

3

No Código de Ética dos Psicólogos encontramos o seguinte impedimento:

"Art.2 Ao psicólogo é vedado:

k) Ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação."

Isto significa que o psicólogo não pode:

- A) ser perito de uma pessoa pública, sobre a qual já leu nos jornais.

- B) ser perito de seu paciente que já encerrou o atendimento e com o qual não tem mais contato.
- C) ser perito judicial ainda que não tenha vínculo empregatício.
- D) usar na perícia instrumentos aprovados pelo CFP, nos quais teve participação no processo de validação e normatização.
- E) negar-se a realizar a perícia depois que foi nomeado.

4

Conforme Manual de elaboração de documentos decorrentes de avaliações psicológicas (resolução 007/2003), laudo e parecer diferem por:

- A) fundamentos teórico-filosóficos.
- B) profundidade da discussão.
- C) respeito às questões éticas.
- D) estrutura do documento.
- E) princípios técnicos de linguagem escrita.

5

Silva (2003), em seu livro "Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro", caracteriza a prova pericial psicológica. Qual das assertivas abaixo não corresponde a estas características?

- A) A perícia psicológica é considerada um meio de prova, podendo o perito, para o desempenho de suas funções, utilizar-se de diversas fontes de prova, tais como documentos ou depoimentos de testemunhas.
- B) Cabe ao perito apresentar o laudo, sendo opcional e de interesse das partes o parecer do assistente técnico.
- C) O debate de divergências técnicas, desde que realizado dentro da ética, oferece subsídios para que o juiz elabore seu convencimento.
- D) O perito, por ser de confiança do juiz, não precisa responder às restrições de impedimento ou suspeição.
- E) Nos processos que envolvem discussões familiares, o laudo do psicólogo poderá apresentar sugestões de atitudes para o juiz.

6

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) reflete em sua proposta uma opção político-criminal de gênero, com medidas de caráter extrapenal. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar prevista para os Juizados de Violência Doméstica e Familiar:

- I. Fornecer subsídios por escrito (Laudos) ao juiz, Ministério Público e Defensoria Pública.
- II. Participar de audiências.
- III. Orientar e encaminhar a ofendida, o agressor e os familiares.
- IV. Sugerir profissionais especializados para avaliação mais aprofundada.
- V. Dar especial atenção às crianças e adolescentes.

Estão corretas:

- A) todas as afirmações.
- B) apenas as afirmações I e II.
- C) apenas as afirmações I, II e III.
- D) apenas as afirmações I, II, III e V.
- E) apenas as afirmações III, IV e V.

7

Minayo e Souza (1997), ao discutirem as diferentes teorias sobre a violência, propõem que toda a abordagem a este fenômeno deve ocorrer dentro de um campo interdisciplinar e de ação coletiva. A posição das autoras pode justificar-se pela seguinte argumentação:

- A) a violência é natural e inevitável, portanto atinge as mais variadas áreas da comunidade.
- B) a violência é exercida, sobretudo, enquanto processo social, portanto não é objeto específico da área da saúde, ainda que esteja intrinsecamente ligado a ela.
- C) a pobreza pode explicar, por si só, a violência social, exigindo intervenções de vários tipos de profissionais como psicólogos e assistentes sociais.
- D) a violência seria consequência dos efeitos disruptivos dos acelerados processos de mudanças sociais, exigindo acompanhamento aos movimentos sociais.
- E) os índices de criminalidade podem ser explicados pela falta de autoridade do Estado, que deveria exercer uma ação funcional em relação ao bem-estar social.

8

Gonçalves e Ferreira (2002), em seu artigo sobre notificação da violência familiar, discutem os entraves a esta notificação no Brasil. Entre os problemas apresentados, falam nas questões estruturais que dificultam aos profissionais a ação de notificar. Por questões estruturais se referem:

- A) à falta de infraestrutura para o acolhimento das vítimas e a precariedade de serviços de retaguarda para executar as medidas aplicadas.
- B) à estrutura normativa das instituições profissionais que podem vir a representar contra eles.
- C) à estrutura das instituições onde os profissionais estão inseridos, que os estimulam a não se envolverem em questões legais.
- D) à estrutura moral dos profissionais que atendem às vítimas.
- E) a nenhuma das respostas acima.

9

No livro "Acolhendo crianças e adolescentes" (Rizzini, 2006) é feita uma análise de programas brasileiros que enfatizam a convivência familiar. Desta análise são retirados pontos principais que deveriam subsidiar políticas e práticas que promovam a convivência familiar. Qual dos pontos a seguir não corresponde ao que foi sintetizado pelas autoras?

- A) Cada caso deve ser abordado como um campo de possíveis respostas, onde projetos amplos não podem gerar todas as respostas necessárias.
- B) Condições dignas de vida e formas consistentes de suporte para criação dos filhos podem evitar separações desnecessárias.
- C) Na gestão e execução dos programas deve-se dar ênfase às organizações não-governamentais, que são aquelas que geralmente conseguem atender às demandas das famílias.

- D) A interdisciplinaridade nas respostas dos programas aumenta as chances de sucesso.
- E) A pobreza não justifica a violação dos direitos das crianças pelos pais, mas, por debilitar a função parental, deve ser priorizada nas intervenções.

10

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que é incorreto afirmar?

- A) Toda criança que estiver inserida em um programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses.
- B) Os grupos de irmãos, via de regra, serão colocados sob adoção, tutela ou guarda de uma mesma família.
- C) A tutela será deferida, nos termos da lei civil, à pessoa de até 18 anos incompletos.
- D) Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhadas às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma guia de acolhimento, expedida pela autoridade judiciária.
- E) O período máximo de internação do adolescente infrator não poderá exceder a dois anos.

11

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), em seu capítulo IV, trata sobre as Medidas Socio-Educativas. Qual das medidas abaixo não corresponde àquelas previstas em lei?

- A) Advertência.
- B) Obrigação de reparar o dano.
- C) Prestação de serviço à comunidade.
- D) Liberdade assistida.
- E) Internação em estabelecimento prisional.

12

Amazarray e Koller (1998), ao discutir a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, utilizam o modelo de Belski, composto por diferentes níveis de análise. Estes níveis são:

- A) relações entre os pais, dos pais com as crianças, relações entre os filhos e relações com a família mais extensa.
- B) nível primário, secundário e terciário.
- C) sistema familiar, social e cultural.
- D) tipo de abuso, relação com o abusador e duração.
- E) desenvolvimento ontogenético, microsistema, exossistema e macrosistema.

13

Furniss (1993) discute o abuso sexual da criança como síndrome de segredo. Esta natureza específica do abuso sexual exige uma intervenção diferenciada pelo profissional da saúde. São características da comunicação secreta:

- I. O psicólogo deve usar um modo investigativo de intervenção frente ao segredo.
- II. A criança faz uma comunicação de realidade externa.
- III. O psicólogo deve interpretar a comunicação da criança.
- IV. É necessário buscar no inconsciente da criança o significado de sua verbalização.
- V. O processo terapêutico, que valoriza o tempo da criança e a interpretação do significado de seus jogos e desenhos, é a melhor forma de se chegar à comunicação do abuso.

Estão corretas:

- A) todas as afirmações.
- B) as afirmações I e II.
- C) as afirmações I, II e III.
- D) as afirmações I, II, III e V.
- E) as afirmações III, IV e V.

14

Rovinski (2007) descreve a abordagem de avaliação da credibilidade do testemunho em crianças que foram vítimas de maus-tratos ou de abuso sexual. Dentre os passos necessários para a realização da avaliação, está a análise de conteúdo (CBCA) da verbalização da criança. Esta etapa se constitui na verificação de 19 critérios que, se estiverem presentes, darão maior credibilidade ao relato.

Qual dos seguintes itens não faz parte deste conjunto de critérios?

- A) Estrutura lógica.
- B) Maior quantidade de detalhes.
- C) Produção estruturada.
- D) Incompreensão de detalhes relatados com precisão.
- E) Complicações inesperadas durante o incidente.

15

Shine (2005), ao discutir a avaliação psicológica no contexto forense, discrimina cinco possibilidades de papéis distintos por parte do psicólogo. São elas:

- I. Testemunha – o psicólogo deve se restringir a falar sobre o que viu e não sobre inferências teóricas.
- II. Perito parcial – trabalha para uma das partes e, portanto, está condicionado àquilo que pode saber por sua experiência.
- III. Perito “pistoleiro” – é aquele que como assistente técnico busca com seu trabalho realçar apenas a verdade que interessa a quem lhe contratou.
- IV. Perito adversarial – é o perito que toma a posição de uma das partes, deixando sua “imparcialidade”.

V. Perito imparcial – apresenta as opiniões e previsões de forma imparcial e neutra.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II, III e IV, apenas.
- C) I, III, IV e V, apenas.
- D) II, III, IV e V, apenas.
- E) todas.

16

No contexto da adoção, o abandono e a ilegitimidade, seguidos do segredo e do estigma, ficaram histórica e psicologicamente vinculados, fazendo da separação entre mãe e filho um tema tabu. Motta (2005) discute algumas justificativas ideológicas que auxiliaram a manter esta vinculação. Quais das justificativas a seguir fazem parte desta ideologia estigmatizante?

- I. A maternidade é biológica e o amor materno um fato natural.
- II. A infertilidade ainda é vista como um defeito vergonhoso.
- III. A prática da adoção fechada, que impossibilita o acesso aos dados de origem da criança.
- IV. Nenhum determinismo biológico, psicológico, cultural ou socioeconômico define as mulheres como mães.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) IV, apenas.
- E) todas.

17

Vargas, em seu livro “Adoção Tardia”, apresenta uma pesquisa onde acompanhou cinco famílias com processo de adoção de crianças com mais de dois anos e meio. Em suas conclusões encontrou pontos de similaridade em relação aos processos de adaptação criança-família. Qual dos pontos apresentados não faz parte destes achados?

- A) A maioria dos pais se defrontou com situações de preconceito em relação à prática da adoção.
- B) A troca de experiências em grupos de pais adotivos ajudou para o alívio de ansiedade e como prevenção de maiores dificuldades.
- C) É comum a criança apresentar comportamentos regressivos e agressivos contra os pais adotantes.
- D) A maternagem precisa ser substituída pela capacidade de estabelecer regras e os limites que a criança tanto precisa nesta idade.
- E) A partir de sua adaptação a criança passa a apresentar um ritmo de desenvolvimento global mais acelerado, se comparado com os padrões considerados normais.

18

O Conselho Federal de Psicologia, em convênio com o Ministério da Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional, construíram Diretrizes para a atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro (2007). Nas recomendações destas diretrizes discutem as práticas que se revelam incompatíveis com a chamada “ressocialização”, principalmente através de conceitos da criminologia crítica. Qual dos argumentos não corresponde a este posicionamento crítico?

- A) A transformação da pessoa presa em “pessoa recuperada” é inviável, pois a criminalidade não está na essência do homem, mas na sociedade em que vivemos.
- B) A vulnerabilidade social recruta, seleciona e cria estereótipos, de modo a direcionar o destino de um significativo contingente da sociedade em direção à prisão.
- C) Responsabilizar a pessoa certa pelo fato antijurídico permite dirigir a segregação e a vigilância a um menor grupo possível, evitando a construção de estereótipos.
- D) É um erro centrar o combate à criminalidade aos grupos desfavorecidos (pobres).
- E) A prisão não repara a vítima e muito menos a sociedade, como também, não insere o preso na sociedade.

19

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210), instituída em 1994, sofreu várias modificações em 2003 com a Lei nº 10.792, inclusive com mudanças em relação à atividade do psicólogo. Analise as afirmativas abaixo.

- I. A Comissão Técnica de Classificação deixa de propor as mudanças de regime, ficando apenas com a classificação para propor o programa individualizador.
- II. O Conselho Penitenciário deixa de emitir pareceres sobre livramento condicional, mantendo aqueles relacionados a indulto e comutação de penas.
- III. O trabalho do preso fica sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Qual dos pontos descritos não corresponde às mudanças inseridas pela Lei nº 10.792?

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III, apenas.

20

Koller, ao discutir a “Atuação dos psicólogos no sistema penal” (In: Brandão e Golçalves, 2004), faz uma revisão sobre o surgimento do dispositivo da periculosidade, a partir do final do século XIX, citando as contribuições dos principais autores da época.

Analise as afirmativas a seguir e identifique aquela em que a proposta teórica não corresponde ao autor a ela relacionado.

- A) Zaffaroni – explica a criminalidade pela aprendizagem social, onde a periculosidade estaria ligada diretamente aos grupos de convívio, discriminando cinco tipos de delinquentes, conforme o grau de risco para a convivência social.
- B) Lombroso – propôs a existência dos criminosos natos e o crime como um fenômeno atávico.
- C) Garófalo – estabelece distinção entre delinquentes típicos e inassimiláveis e os que são suscetíveis de adaptação.
- D) Ferri – busca as razões do crime no homem, diferenciando-os como pertinentes a três categorias relativas às camadas sociais: classe moralmente elevada que não comete delitos, classe mais baixa refratária a todo sentimento de honestidade e a classe dos que não nasceram para o delito, mas que não são completamente honestos.
- E) Morel – desenvolve a tese sobre a degeneração, com a descrição de tipos antropológicos desviantes, hereditariamente destinados a uma vida imoral e ao crime.

21

Um processo de maus-tratos é encaminhado à equipe multiprofissional, para subsidiar o juiz quanto às medidas a serem tomadas. A Sra Maria é a autora do processo, acusada de maus-tratos aos três filhos, dois meninos de três e cinco anos e uma menina de três anos. Ao realizar o estudo do caso, o psicólogo judiciário constata que a Sra. Maria foi abandonada pelo marido há dois anos, quando este se apaixonou pela vizinha. Desde então, a Sra. Maria teve que se mudar de sua casa de cinco cômodos para uma residência de três; é responsável por todas as tarefas domésticas e pelo cuidado com os filhos em tempo integral. O marido só leva para sua residência os dois filhos mais velhos, que são meninos, nas tardes de domingo. A Sra. Maria não confia nos cuidados do ex-marido para com a filha. A autora declara ainda amar muito o marido, razão de ir diariamente ao trabalho desse para vê-lo e muitas vezes implorar que volte para a família. Retorna dessas investidas, excessivamente nervosa e reconhece que perde a paciência com os filhos frequentemente, principalmente porque esses estão agressivos entre si e bastante agitados, desde que mudaram para a casa de três cômodos. Utiliza-se de surras de cinto para controlar os filhos que ficam marcados, o que ensejou a denúncia por parte da escola à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA. A Sra. Maria não está inserida no mercado de trabalho e não tem qualquer habilidade ou conhecimento que a ajude a pleitear algum serviço. Ademais, não tem com quem deixar os filhos no período em que esses não estão na escola. A mãe da Sra. Maria, que é muito amorosa com os netos, é idosa e reside com a filha mais nova, Sra. Neide, em bairro distante da Sra. Maria. A Sra. Neide também não trabalha fora, tem dois filhos com idades próximas aos filhos da Sra. Maria e demonstrou grande vínculo com a irmã e os sobrinhos. No entanto, só pode ter os sobrinhos em sua companhia quando seu marido está no trabalho, pois esse não gosta de encontrar outras crianças, além de seus filhos, ao chegar do trabalho.

Qual intervenção inicial seria mais adequada por parte do psicólogo judiciário, segundo o modelo ecológico de compreensão da violência contra criança?

- A) Encaminhar a Sra. Maria para uma psicoterapia, a fim de vivenciar o luto pelo fim do casamento, o que lhe devolveria as condições emocionais para dar limites aos filhos sem se utilizar de violência.
- B) Encaminhar a Sra. Maria para uma consulta psiquiátrica e para um processo psicoterápico, a fim de readquirir o controle emocional imediato com o uso de medicações, até que o processo psicoterápico lhe devolva as condições emocionais para oferecer limites aos filhos sem se utilizar de violência.
- C) Fortalecer os contatos sociais da Sra. Maria, levantando, com sua ajuda, os grupos sociais existentes em sua comunidade que possam despertar seu interesse; avaliar com a Sra. Maria o tempo que dedica ao lazer e como ampliá-lo; realizar atendimento com os membros de sua família e com o pai de seus filhos para discutir como podem apoiar a Sra. Maria e as crianças.
- D) Sugerir que a Sra. Maria mude-se para perto de sua irmã Neide a fim de que possa ser encaminhada à capacitação profissional. Desse modo ampliará seus contatos sociais, será inserida no mercado de trabalho eventualmente, pois terá a sua mãe para cuidar de seus filhos quando estiver fora de casa.
- E) Realizar atendimento com o genitor das crianças, procurando motivá-lo a ser mais presente na educação dos filhos, o que aliviaria o desgaste da Sra. Maria e diminuiria esse fator de risco para a ocorrência de violência contra as crianças.

22

Conforme a Lei Maria da Penha, sobre as atividades que competem ao psicólogo judiciário que integra a equipe de atendimento multidisciplinar dos Juizados de Violência contra a Mulher, são feitas as seguintes afirmações.

- I. Compete ao psicólogo judiciário comparecer à audiência judicial e subsidiar verbalmente o magistrado, o Ministério Público e a Defensoria Pública, quanto aos fatores de risco existentes na relação entre agressor e ofendida.
- II. Compete ao psicólogo judiciário sugerir ao magistrado o afastamento do lar do ofensor ou a mudança de guarda das crianças e adolescentes da família, quando estritamente necessário.
- III. Compete ao psicólogo judiciário fomentar a rede de proteção à mulher e às crianças e adolescentes, existente na comunidade da ofendida.

Está(ão) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) apenas duas das afirmações, incluindo a I.
- C) apenas duas das afirmações, incluindo a II.
- D) apenas uma das afirmações.
- E) nenhuma das afirmações.

23

O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – favoreceu a adoção da Doutrina Jurídica da Proteção Integral. Em relação a esse novo paradigma, assinale a afirmativa incorreta.

- A) Tornou a criança e o adolescente sujeitos de direitos, principalmente o de serem resguardados de situações emocionalmente difíceis. Portanto, sempre que possível, um adulto deve representar o adolescente em conflito com a lei nas audiências judiciais, poupando-o da situação constrangedora de relatar seu ato infracional.
- B) Na nova doutrina, crianças e adolescentes são sujeitos de direito e não objetos de intervenção do Estado.
- C) O homem é compreendido como um ser integral e seus atos entendidos como multicausais.
- D) Ressalta a importância do delito ser contextualizado, o que atende às necessidades da Justiça e do processo educativo do adolescente em conflito com a Lei.
- E) O Conselho Tutelar deve ser comunicado sobre os casos de suspeita de violência contra crianças e adolescentes, o que não suspende as demais medidas legais.

24

Sobre o abuso sexual da criança como síndrome de segredo para a criança, segundo nomenclatura utilizada por Tilman Furniss, assinale a alternativa incorreta.

- A) Provas materiais e testemunhais de terceiros são muito raras nos casos de abuso sexual da criança como síndrome de segredo para a criança, razão de requerer a acusação verbal da criança.
- B) A criança geralmente tenta comunicar a situação de abuso a alguém, porém muitas vezes, esse adulto não reúne as condições emocionais necessárias para validar a fala da criança.
- C) O medo do adulto abusador não vir a ser punido – uma vez que é considerado poderoso pela criança – é um dos fatores para que a vítima do abuso não revele o segredo.
- D) A dissociação que ocorre com muitas vítimas de abuso sexual é favorecida pela característica da interação sexual, promovida pela pessoa que abusa e a criança. O abusador cria um contexto de desorientação sensorial buscando a anulação da experiência.
- E) Os rituais de entrada e saída da situação de abuso fazem parte do abuso em si e permitem a transformação do ente querido na pessoa que abusa e vice-versa.

25

O abuso sexual intrafamiliar é um fenômeno complexo que exige o envolvimento de diversas instituições para a proteção da família, ainda na fase de diligências processuais. Portanto, o psicólogo judiciário deve fazer contato com outros órgãos e trabalhar em conjunto com diversos profissionais. Durante esse trabalho em rede, conflitos podem surgir. Na visão de Tilman Furniss, esses conflitos devem-se:

- I. ao interesse de cada profissional de projetar a instituição onde trabalha ou sua competência.
- II. ao desconhecimento de uma instituição do trabalho que a outra realiza.
- III. aos paradigmas teóricos diferentes, que jogam luz a diferentes aspectos do fenômeno do abuso.
- IV. à inexistência de cultura de trabalho conjunto entre os profissionais da saúde e do sistema jurídico.
- V. à indução do processo familiar, pois profissionais identificam-se com membros da família abusadora e espelham a dinâmica familiar conflitiva na relação profissional.

Está(ão) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) apenas três das afirmações, incluindo a I e V.
- C) apenas duas das afirmações, incluindo a III.
- D) apenas uma das afirmações.
- E) nenhuma das afirmações.

26

A Lei Maria da Penha trouxe importantes inovações para a proteção da mulher, razão da importância do psicólogo jurídico conhecê-la. Das afirmações a seguir, não é mecanismo da nova Lei:

- A) tipificar e definir a violência doméstica.
- B) prevêr a atuação de uma equipe multidisciplinar para atender agressor e ofendida e, quando ambos formarem uma família, intervir no sentido de interromper o conflito e manter a unidade familiar.
- C) autorizar a autoridade policial a tomar as providências legais cabíveis quando a violência doméstica e familiar contra a mulher for eminente.
- D) determinar que a autoridade policial forneça transporte a ofendida e seus dependentes para local seguro, quando houver risco de vida para a mulher.
- E) autorizar o magistrado do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – um juízo criminal – a decidir questões cíveis referentes à situação da ofendida.

27

A psicóloga judiciária Patrícia recebeu um processo judicial de Disputa de Guarda entre os genitores de uma menina de seis anos, Paula. A função de Patrícia é subsidiar o magistrado em sua decisão. No terceiro atendimento, realizado com a genitora e a criança em questão, reconheceu que a criança era colega de sala de sua filha, Cristina, também de seis anos. Como não

possuía qualquer contato com os pais de Paula, declarou apresentar condições de continuar a avaliação da família. Porém, após os atendimentos com a psicóloga Patrícia, Paula aproximou-se de Cristina na escola e em duas semanas haviam se tornado “melhores amigas”. Por essa razão, Paula visitou Cristina por duas vezes, sempre com a presença de Patrícia na residência. Durante os atendimentos à família, Patrícia observou que a criança necessitava de suporte psicoterápico para enfrentar o clima de animosidade entre seus pais. Estes eram bastante resistentes à proposta, porém admitiram seguir a orientação, caso a profissional fosse uma pessoa da mais restrita confiança de Patrícia. Por essa razão, Patrícia indicou a psicóloga infantil que trabalhava na Clínica de propriedade, já que conhecia a competência e a efetividade de seu trabalho. Após o envio do parecer para subsidiar o magistrado, Patrícia foi chamada em audiência e inquirida se o genitor fazia uso esporádico de substâncias químicas ilícitas. Para não ferir o sigilo profissional, Patrícia recusou-se a responder essa pergunta, embora soubesse que sim. O genitor de Paula lhe havia confidenciado o hábito, mas garantindo que jamais fazia uso das substâncias quando estava na companhia da filha, embora tenha havido uma vez que a filha chegara em sua residência para passar o fim de semana duas horas antes do previsto e o efeito da droga ainda não havia passado totalmente.

O Código de Ética do Psicólogo em vigor rege que:

- I. É vedado ao psicólogo desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando a benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.
- II. É vedado ao psicólogo ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade dos resultados.
- III. Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá prestar informações, considerando o previsto neste Código.
- IV. É dever fundamental do psicólogo informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

Dessa forma, a psicóloga Patrícia infringiu quais artigos anteriormente listados do Código de Ética do Psicólogo?

- A) Todos os artigos listados.
- B) Três artigos, incluindo o citado no item I.
- C) Dois artigos, incluindo o citado no III.
- D) Apenas um dos artigos citados.
- E) Três artigos, incluindo o citado no item IV.

28

A motivação para a adoção é um aspecto analisado pelo psicólogo judiciário que subsidia o magistrado no deferimento da adoção. Segundo as considerações e conclusões da tese de doutorado da Dra. Lidia Weber de 2001, faz-se as seguintes observações:

- I. Pesquisas recentes demonstram que adoções motivadas apenas por altruísmo apresentam alto índice de dificuldades nas relações familiares futuras.
- II. Pesquisas recentes mostram que o grupo de pais que indicou a infertilidade associada ao altruísmo como motivações para a adoção apresentou um elevado índice de satisfação com a adoção.
- III. As pesquisas parecem demonstrar que a motivação para adotar não é fator relevante para a satisfação com a adoção, tanto para os adotantes, quanto para os adotados.

Está(ão) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) apenas duas das afirmações, incluindo a I.
- C) apenas duas das afirmações, incluindo a II.
- D) apenas uma das afirmações.
- E) nenhuma das afirmações.

29

A Lei nº 11.698/2008 instituiu e disciplinou a guarda compartilhada. Desde a redação de seu Projeto de Lei, profissionais das mais diversas áreas discutem suas vantagens e prejuízos. Com relação a essa Lei e à instituição da Guarda Compartilhada, são feitas as seguintes afirmações.

- I. A guarda compartilhada implica que a criança resida parte do tempo com um genitor, parte com outro, de modo igualitário.
- II. A Lei nº 11.698/2008 foi um retrocesso para as crianças e adolescentes, uma vez que as expõe à convivência de genitores muitas vezes abusivos, segundo Eduardo Brandão.
- III. A Lei nº 11.698/2008, em seu art. 1584, parágrafo 2º reza que: “Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada.” Nesses casos, esse instituto não terá sucesso, uma vez que só é efetiva quando o diálogo entre os pais é produtivo e a falta de acordo prevista no parágrafo 2 já demonstra a dificuldade de diálogo entre ambos, segundo Eduardo Brandão.
- IV. A Lei nº 11.698/2008 tem a importância de valorar a participação paterna na educação e na rotina dos filhos.
- V. A guarda compartilhada implica que cada genitor tomará as decisões sobre educação, saúde e outros assuntos concernentes à vida da criança, quando esta estiver em sua companhia.

Está(ão) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) apenas três das afirmações, incluindo a I e V.
- C) apenas três das afirmações, incluindo a III e a IV.
- D) apenas uma das afirmações.
- E) nenhuma das afirmações.

30

Michel Foucault, em seu livro “Vigiar e Punir”, faz uma importante reflexão sobre o encarceramento e os mecanismos de disciplina das sociedades. Assinale a afirmação que não representa o pensamento de Foucault.

- A) A prisão é o dispositivo do poder disciplinar mais perfeito de um modelo panóptico. Objetiva o exercício do poder de punir, suprimindo o tempo de liberdade do detento. Mais ainda, é organizada para produzir submissão dos detentos através de coação do apenado.
- B) O delinquente é uma fabricação do sistema carcerário, sendo a prisão o final previsível da passagem por instituições que a sociedade acreditava impedir a delinquência, como os abrigos e medidas sócio-educativas.
- C) A autorização que um sujeito dá a outro para exercer sobre ele o poder de punir é sustentada pela ideologia do contrato social, onde ser um membro da sociedade implica aceitar suas normas e punições.
- D) Para Foucault, o encarceramento é uma tática política de dominação. O poder se une ao saber científico para desenvolver as modernas tecnologias de punição e para manter o seu poder.
- E) Para Foucault, embora o evidente fracasso das prisões como meio de impedir a ocorrência de infrações seja reconhecido há mais de 150 anos, seu sucesso em dissociar ilegalidade de delinquência é tão grande que as prisões continuam a existir. Isso porque dissociar ilegalidade de delinquência é fundamental para a manutenção do poder.

31

A Justiça Terapêutica, quando denomina procedimentos judiciais junto a usuários de drogas similares aos “Drugs Courts” americanos, tem sido questionada quanto a sua inconstitucionalidade. A participação do psicólogo judicial em procedimentos dessa natureza infringe o Código de Ética do Psicólogo. No entanto, é possível intervenções do psicólogo judiciário com cidadãos acusados de uso de substâncias químicas ilícitas, sem ferir o Código de Ética.

Levando-se em conta que o art. 28 da Lei nº 11.343/2006, a chamada Lei Anti-Drogas preconiza que:

“Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I. advertência sobre os efeitos das drogas.
- II. prestação de serviços à comunidade.
- III. medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo”.

Quais das afirmativas abaixo apontam intervenções possíveis do psicólogo judiciário junto aos acusados de usar substâncias ilícitas?

- I. Favorecer a compreensão da Lei nº 11.343/06, refletindo sobre seus direitos e deveres de cidadãos.
- II. Propiciar um espaço de reflexão que favoreça a compreensão da importância da interrupção do uso de substâncias químicas ilícitas.
- III. Avaliar, com usuário de drogas, quais aspectos de sua vida que lhe trazem sofrimento e sugerir instituições que possibilitem a melhoria desses aspectos.

Não infringem o Código de Ética do Psicólogo:

- A) todas as afirmações.
- B) apenas duas das afirmações, incluindo a I.
- C) apenas duas das afirmações, incluindo a II.
- D) apenas uma das afirmações.
- E) nenhuma das afirmações.

32

Anna Paula Uziel, em seu livro *Homossexualidade e adoção* aponta que:

- I. O uso do termo “homoparentalidade” – traduzido do francês *homoparentalité* e cunhado pela *Association des Parents et Futus Parents Gays et Lesbiens – APGL*, de Paris – é importante por dar visibilidade a uma situação que muitos desejam ignorar e poucos se dispõem a estudar.
- II. O uso do termo “homoparentalidade” oferece a desvantagem de relacionar orientação sexual com parentalidade, sem que o conhecimento científico tenha demonstrado que essas duas instâncias tenham correlação significativa.
- III. Orientação sexual e parentalidade são aspectos intimamente imbricados, pois é com os pais que os filhos desenvolvem noções de gênero. Esse fato, no entanto, não obstaculiza a adoção por homossexuais, mas exige a avaliação da capacidade do postulante à adoção de transmitir essas noções.

Está(ao) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) as afirmações I e II.
- C) apenas a afirmação I.
- D) apenas a afirmação II.
- E) nenhuma das afirmações.

33

As pesquisas sobre o desenvolvimento dos filhos que residem com pai ou mãe homoafetivas é quase inexistente no Brasil. Entretanto, Uziel relatou conclusões de pesquisas estrangeiras, realizadas nos anos 90, comparando crianças que conviviam diariamente com apenas um genitor, hetero e homoafetivos (homossexuais no termo da autora).

Essas pesquisas apontam que:

- I. A escolha de objeto sexual por parte dos filhos dos dois grupos não apresentou diferença significativa.
- II. O fator orientação sexual da genitora não é fator preponderante para a tranquilidade dos filhos.

- III. A estabilidade dos relacionamentos homossexuais masculinos mostrou-se um pouco menor que os relacionamentos heterossexuais.

Está(ao) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) as afirmações I e II.
- C) apenas a afirmação I.
- D) apenas a afirmação III.
- E) nenhuma das afirmações.

34

Sobre a adoção tardia:

- I. É considerada tardia a adoção que ocorre após os dois ou três anos de idade da criança.
- II. Crianças que foram abandonadas por seus pais demonstram maior capacidade de adaptação a seus pais adotivos. Isso decorre do temor de sofrerem novo abandono, caso não se comportem conforme esperado pelos pais.
- III. Na adoção tardia, é importante a criança expressar o seu desejo sobre a adoção. É necessário que adote os pais e, esses, precisam entender que o processo de vinculação por parte da criança pode demorar até alguns meses.

Está(ao) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) apenas as afirmações I e II.
- C) apenas as afirmações II e III.
- D) apenas as afirmações I e III.
- E) nenhuma das afirmações.

35

Com relação à atuação do psicólogo judiciário em processos de Direito de Família, Leila Brito comenta pesquisas dos anos 90 e aponta que:

- A) é importante estudar e desenvolver testes psicológicos para auxiliar psicólogos a definir que genitor reúne melhores condições para favorecer o desenvolvimento pleno da criança.
- B) não faz sentido o psicólogo aferir com que genitor a criança possui mais vínculos, uma vez que os fenômenos de aliança e alinhamento são inconsistentes, e não deve ser fator preponderante para a definição da guarda.
- C) com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a criança é um sujeito de Direito. Portanto, cabe ao psicólogo judiciário dar voz à criança cujos pais estão disputando sua guarda na Justiça, favorecendo que expresse a sua preferência por um ou outro guardião.
- D) as crianças, cujo guardião é a mãe, formam alianças mais fortes com esse genitor guardião, se comparadas com as crianças cujo guardião é o pai.
- E) o papel precípua do psicólogo judiciário junto às Varas de Família é assessorar o magistrado em sua função judicante. Orientações devem ficar a cargo de um psicólogo clínico, mantendo assim a imparcialidade do perito.

36

Sobre o processo familiar em casos de abuso sexual, é incorreto afirmar que:

- A) o abuso sexual da criança pode ter a função de impedir que conflitos entre os genitores eclodam e a que a família se desintegre. Nessas famílias, o abuso sexual da criança tem a função de aplacar a agressividade do pai e diluir o conflito conjugal. O abuso sexual da criança também tem o papel de manter o genitor dependente da família, uma vez que sua esposa sabe do segredo e é conivente com ele.
- B) na história das mães que não protegem seus filhos do abuso sexual familiar existe, frequentemente, situações de abuso físico, emocional ou sexual. Percebe-se imensa dependência emocional do marido ou companheiro e muitas não apresentam recursos internos para viverem sós.
- C) as mães protetoras vivem a grande pressão de se sentirem obrigadas a separar-se do marido abusador como consequência inevitável da revelação do abuso. O desejo de proteger a criança e o anseio por manter o marido que abusou é um dilema que exige atenção do psicólogo jurídico.
- D) Para a distinção do abuso intrafamiliar e extrafamiliar, é importante que o psicólogo atente para a reação dos pais da criança. No abuso intrafamiliar, há uma imensa preocupação dos pais para com os detalhes da denúncia e não fazem perguntas aos profissionais quanto à consequência física e emocional do abuso para a criança. No abuso extrafamiliar, os pais questionam os profissionais quanto aos riscos e implicações do abuso para a criança e demonstram profunda preocupação com a criança.
- E) em casos brandos de abuso sexual extrafamiliar da criança, de curta duração, deve-se evitar que a criança seja obrigada a falar da experiência. O fato de ter sido de curta duração torna o abuso um fato isolado na vida da criança, sendo ideal permitir-lhe que não fale do assunto, caso assim o deseje.

37

Os presídios são instituições totais, segundo Erving Goffman. Dentre as afirmações a seguir, assinale qual não descreve uma característica dessas instituições.

- A) As atividades não são planejadas, ficando o interno ocioso.
- B) O sujeito é desapropriado de seus bens, o que inicia a desapropriação de seu eu.
- C) Independente de sua eficácia organizacional, as necessidades dos internos são controladas pela organização burocrática de um grupo de pessoas.
- D) As instituições totais visam ao rompimento profundo com os papéis que o internado anteriormente exercia. Alguns desses papéis não poderão mais ser recuperados quando ele voltar ao convívio social.
- E) As instituições totais possuem rituais de recepção aos recém-admitidos que implicam humilhações e intimidações, objetivando a submissão do novo membro.

38

Com relação às ações de Vara de Família, especificamente as que discutem guarda ou regulamentação de visitas:

- I. A mediação tem se mostrado uma técnica eficaz, embora exija a constante atenção do mediador para equilibrar possíveis desequilíbrios de poder, seja emocional, financeiro ou cultural.
- II. Na mediação familiar, não compete ao mediador apresentar soluções ou indicar o que a lei preconiza.
- III. A mediação familiar deve focar o interesse de todos e ser direcionada para o futuro das relações.

Está(ao) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) apenas a afirmação I.
- C) apenas as afirmações II e III.
- D) apenas as afirmações I e II.
- E) nenhuma das afirmações.

39

Sobre a credibilidade do testemunho de crianças, Sônia Rovinski diz que:

- I. No Brasil, assim como na Espanha, a avaliação da credibilidade do testemunho de crianças é feita analisando a presença ou ausência dos sintomas característicos nas vítimas de violência.
- II. É importante envolver não só a família da criança-testemunha, mas também seus familiares e o acusado na avaliação da credibilidade do testemunho de crianças.
- III. A credibilidade avaliada no testemunho de crianças diz respeito às características da criança que testemunha, seu grau de imaginação, sua capacidade de fantasiar e de distinguir a verdade da mentira.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III, apenas.

40

A violência doméstica contra a mulher:

- I. caracteriza-se por uma escalada da violência que geralmente se inicia com agressões verbais, passando às agressões físicas. Quando estas se iniciam, ocorre a completa deterioração do vínculo conjugal, permanecendo a mulher na relação unicamente devido a sua fragilidade emocional.
- II. dentre as diversas razões que impedem que a mulher interrompa a situação de violência doméstica prolongada é, principalmente, a dependência financeira do marido, a qual a grande maioria de mulheres ainda está submetida
- III. as mulheres que foram vítimas de violência, seja emocional, física ou sexual, têm menos condições de proteger a ela e aos filhos; possuem pouco reconhecimento de seu valor e aceitam a violência como parte da sua condição de mulher.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) III apenas.

PROVA DISCURSIVA

1. Ao receber as Folhas de Texto Definitivo para as respostas das questões discursivas, verifique imediatamente se o **número de seqüência** (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
2. A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta ou azul**; não serão permitidas interferências e/ou participação de outras pessoas.
3. As Folhas de Texto Definitivo da prova discursiva não poderão ser assinadas, rubricadas ou conter, em outro local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do(a) candidato(a). Portanto, a detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da prova.
4. As Folhas de Texto Definitivo serão os únicos documentos válidos para avaliação da prova. As folhas para rascunho no caderno de prova é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
5. A resposta de cada questão deverá ter extensão máxima de 30 linhas.

QUESTÕES

1. Rovinski (2007) descreve as diferenças entre a avaliação forense e a avaliação clínica através de quatro dimensões. Identifique duas que você considera como mais importantes e explique-as em detalhes.

2. Foucault, no livro "Vigiar e Punir" (1986), escreve a seguinte frase:

"Resumindo: desde que funciona o novo sistema penal – o definido pelos grandes códigos dos séculos XVIII e XIX – um processo global levou os juizes a julgar coisa bem diversa do que crimes: foram levados em suas sentenças a fazer coisa diferente de julgar; e o poder de julgar foi, em parte, transferido a instâncias que não são a dos juizes de infração. A operação penal inteira carregou-se de elementos e personagens extrajurídicos."

Analise esta afirmativa e relacione-a com a atividade do psicólogo dentro de estabelecimentos penais.

3. A adoção tardia traz desafios à família, distintos dos desafios da adoção de recém-nascidos e bebês. Comente os desafios de ambas as situações, compare-os e aponte os facilitadores individuais e familiares para cada um desses momentos em que ocorre a adoção.

4. Aponte o processo emocional de superação emocional de uma separação e comente que arranjos parentais favorecem e quais dificultam o exercício do direito da criança de amar e conviver com pai e mãe.

FOLHA RASCUNHO – Q 1

10

20

30

FOLHA RASCUNHO – Q 3

10

20

30

